

Seguridade Social e Tributação



Ano XXVI | Nº 129 | Brasília | Março de 2018

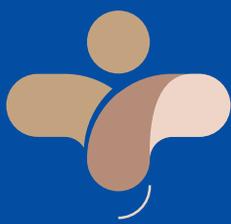
PREVIDÊNCIA SOCIAL
MESMO COM TRAMITAÇÃO
SUSPensa, MOBILIZAÇÃO
DEVE CONTINUAR

ARGENTINA
APÓS LONGA NEGOCIAÇÃO E
FORTE PROTESTO DA POPULAÇÃO,
ARGENTINA MUDA PREVIDÊNCIA

FEBRE AMARELA
BRASIL VOLTA AO MAPA
DE ALERTA PARA O RISCO
DA PATOLOGIA

SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS

Mecanismo de desvio de recursos públicos, prestes a ser votado pelo Congresso, atinge em cheio orçamento federal. Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, explica funcionamento do esquema

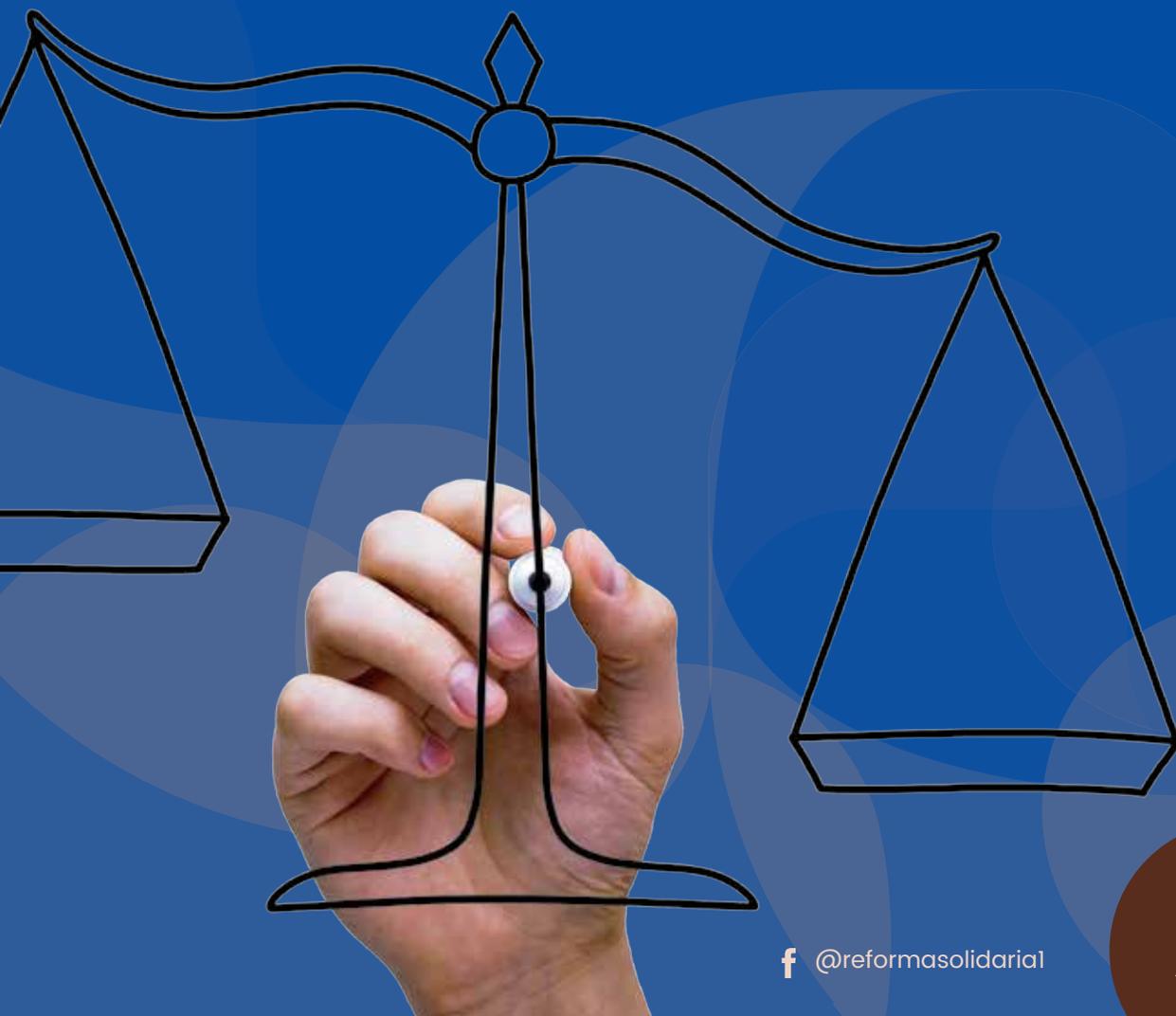


Reforma Tributária Solidária

Quem lida com impostos no seu dia a dia sabe o quanto é injusta a tributação no Brasil.

É por isso que a Anfip e a Fenafisco convidam você a participar da Mobilização pela Reforma Tributária Solidária. Mudanças na forma como os impostos são cobrados podem privilegiar os trabalhadores e diminuir a desigualdade social.

MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL



f @reformasolidaria1



Contra a quebra dos direitos sociais, mobilização deve ser permanente

O ano começou já mostrando para que veio, com o tempo acelerado e assuntos entrando e saindo de pauta diariamente. Reorientações políticas e econômicas acontecendo num piscar de olhos. A reforma da Previdência Social foi prova dessa metamorfose da pauta de prioridades do governo. Negociações infundáveis, articulações constantes, versões e mais versões de um texto cruel que demonstrava a completa ruptura dos direitos sociais, afetando milhares de trabalhadores da iniciativa privada e massacrando os servidores públicos.

Os milhões de reais gastos em propaganda oficial não conseguiram convencer os brasileiros, em quatorze meses de tramitação da matéria, de que a mudança era necessária. Nesse furor político, a sociedade foi renascendo, ganhando voz, ocupando espaços e declarando sua contrariedade à reforma. O governo sucumbiu em sua própria ganância e tropeçou nas amarras políticas que

teceu ao longo do período. Editou um decreto de intervenção federal e alegou que, ainda assim, mudaria a Constituição Federal, numa jogada que não convenceu nem seus aliados. Não conseguiu enganar mais uma vez a sociedade. Não conseguiu abusar da Justiça.

Mesmo que temporariamente suspensa, a reforma da Previdência ainda está na pauta. Se não do atual governo, do próximo. E pode vir ainda mais danosa. Esse renascimento que presenciamos, com os movimentos organizados em constante mobilização e com vozes sociais diversificadas ecoando cada vez mais forte, precisa continuar. Precisa continuar para mudar a cara do Brasil, de norte a sul do país. Para que os próximos representantes do povo, eleitos democraticamente, tenham olhos e ouvidos para cada comunidade que os elegeu. Que as articulações políticas sejam com os anseios sociais, com a preservação dos preceitos constitucionais e com os interesses verdadeiramente nacionais.

Publicação da Associação Nacional dos
Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

DIRETORA RESPONSÁVEL:
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

FOTOS:
Arquivo ANFIP, Fotos Públicas e Shutterstock

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:
ANFIP

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Gilmar Vitalino

EDIÇÃO E REPORTAGEM:
Ludmila Machado e Daiana Lima

CONSELHO EDITORIAL:
Cesar Roxo Machado
Florianio Martins de Sá Neto
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Luiz Cláudio de Araújo Martins
Marluce do Socorro da Silva Soares
Sandra Tereza Paiva Miranda

CONSELHO EXECUTIVO

Florianio Martins de Sá Neto
Presidente

Sandra Tereza Paiva Miranda
Vice-Presidente Executiva

Vanderley José Maçaneiro
Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Luiz Cláudio de Araújo Martins
Vice-Presidente de Política de Classe

Marluce do Socorro da Silva Soares
Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes
Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

José Avelino da Silva Neto
Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Dejanira Freitas Braga
Vice-Presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Arioaldo Cirelo
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Cesar Roxo Machado
Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro
Vice-Presidente de Administração,
Patrimônio e Cadastro

Valdenice Seixas Elvas
Vice-Presidente de Planejamento e
Controle Orçamentário

Jorge Cezar Costa
Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Vice-Presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
Vice-Presidente de Relações Públicas

Ilva Maria Franca Lauria
Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Margarida Lopes de Araújo
Ercília Leitão Bernardo
Luiz Carlos Corrêa Braga

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz

AL - Lindenbergue Fernando de Almeida

AM - Cleide Almeida Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - José Antônio Moreira Icó da Silva

CE - Tereza Liduína Santiago Félix

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Crésio Pereira de Freitas

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ana Lucia Guimarães Silva

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Benedito Cerqueira Seba

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Maria dos Remédios Bandeira

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Lourival de Melo Lobo

PR - Josemar Jorge Cecatto Santos

RJ - José Arinaldo Gonçalves Ferreira

RN - José Roberto Pimentel Teixeira

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - José Amilton Vieira Freire

SC - Luiz Carlos Aguiar da Silva

SE - Jorge Lourenço Barros

SP - Maria Beatriz Fernandes Branco

TO - José Carlos Rêgo Moraes

Esta edição: 5.000 exemplares
Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

AO LEITOR

A primeira edição da Revista Seguridade Social e Tributação de 2018 relata uma grande vitória da sociedade, a suspensão da tramitação da reforma da Previdência (PEC 287/16), abordada em nosso periódico ao longo do último ano. A polêmica da matéria, aliada à mobilização social, garantiu um suspiro para os trabalhadores, mesmo que temporariamente. Completamos essa história trazendo a análise de especialistas sobre as novas medidas prioritárias do governo para a economia, uma resposta ao mercado por não cumprir as mudanças nas regras previdenciárias.

Ainda falando sobre Previdência, o argentino Julio Fuente esteve no Brasil e recebeu a ANFIP para uma entrevista. A reforma no sistema, aprovada em dezembro naquele país, levou milhares de pessoas às ruas numa mobilização marcada inclusive pela violência. Entenda o que aconteceu no sistema previdenciário da Argentina e quais mudanças inseridas na aposentadoria dos trabalhadores.

Outro tema técnico, também polêmico, que precisa ganhar visibilidade é a dívida pública brasileira. Nas próximas páginas, é possível conferir uma entrevista esclarecedora com a Auditora Fiscal Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. Você sabe o que é a securitização da dívida? Pois essa é a "artimanha" política para alimentar o mercado financeiro com recursos que deveriam ser aplicados em políticas públicas. Leia e veja como funciona o processo.

O alarmante aumento do número de casos de febre amarela no país também é tema desta edição. A imunização está sendo feita em todos os estados e ainda é a principal ferramenta de prevenção e controle. Conheça como é transmitida, os sintomas e o tratamento.

Também nesta edição, a economista Lilian Rolim faz uma análise das desigualdades sociais e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

DOS LEITORES

“A Reforma da Previdência foi suspensa porque a sociedade reagiu contra uma das peças da “ambiciosa agenda de reformas para modernização do Brasil” exigida pelos detentores da riqueza financeira. Para isso o governo apostou no vale-tudo: interdição do debate, desqualificação de interlocutores, apresentação de diagnóstico intencionalmente equivocado, desprezo pelo conhecimento técnico acumulado, propaganda enganosa; compra de votos dos parlamentares e, sobretudo, o terror econômico, financeiro e demográfico.

Em agosto de 2016, antevendo o que viria pela frente, a ANFIP e o DIEESE (com o apoio da Plataforma Política Social) começaram a elaborar um documento técnico que servisse como contraponto aos “argumentos” do mercado. O protagonismo da ANFIP e do DIEESE nesse processo foi fundamental. O documento foi intencionalmente lançado no início de fevereiro de 2017, antes da reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Com ele, deu-se início a uma longa etapa de difusão de ideias em todos os fóruns possíveis (com destaque para os fóruns do parlamento e do movimento sindical).

Esta frente de luta foi posteriormente abraçada por diversas outras entidades da sociedade civil, das universidades e dos movimentos sociais e dos partidos políticos, o que foi fundamental para a derrota (momentânea) do governo e do poder econômico.

Em março de 2017 foi lançado outro documento, denunciando a farsa das projeções catastrofistas das contas da Previdência em 2060.

A mídia corporativa simplesmente ignorou o documento de mais de 250 páginas escrito por meia centena de especialistas renomados. Preferiu desqualificar os interlocutores (“acadêmicos militantes” das “redes sociais”). Parabéns a todos os que participaram dessa iniciativa pioneira.”

Eduardo Fagnani

Economista e coordenador da Plataforma Política Social

“Parabéns pela atitude em prol do funcionalismo público. Já fomos chamados de aposentados que se abolotaram; já fomos chamados de privilegiados; já disseram que os culpados pela quebra da Previdência somos nós, servidores públicos; suspenderam o nosso reajuste salarial e aumentaram a contribuição previdenciária de 11% para 14%. Só não falaram que todos nós fomos submetidos a um rigoroso concurso público para o ingresso nessa profissão. Por essas tantas difamações que nos estão imputando, que realmente era preciso uma reação. Parabéns, mais uma vez, ANFIP!”

Antonio Pereira,

Londrina (PR)

PROPAGANDA ENGANOSA

“Quero parabenizar essa instituição, a minha instituição, a nossa instituição, pela decisão de pedir a suspensão da propaganda enganosa, apresentada pelo Governo, em relação à reforma da Previdência Social.

De fato, era uma propaganda revoltante. Ludibriava a opinião pública, fazendo-a crer que a aposentadoria integral é um privilégio em relação à aposentadoria reduzida, limitada hoje a R\$5.500,00.

Pelo contrário, a aposentadoria reduzida é um atentado à dignidade do trabalhador. A aposentadoria não pode ser reduzida, como o salário não pode ser reduzido.

As receitas de custeio da Previdência Social são suficientes para garantir a aposentadoria integral para todos, se bem administradas, se aplicadas segundo a sua finalidade, ao invés de serem esbanjadas pelo Poder Executivo. Mas, isso, eles não falam, nem mostram.

Gritam que a situação da Previdência Social é calamitosa, fazem terrorismo mental, mas não põem os números na mesa, às claras. Onde estão as receitas previdenciárias?

Essa reforma não está devidamente explicada; é totalmente desnecessária e enormemente prejudicial.”

Wilson de Albuquerque Pereira,

São Paulo (SP)

Envie sua mensagem, com nome e endereço completos, para o email: comunicacao@anfip.org.br

SUMÁRIO

7



Artimanhas da agenda reformista continuam

Enquanto não reúne forças suficientes para aprovar a reforma da Previdência, governo volta atenção para outras matérias de impacto econômico, como o reajuste salarial dos servidores públicos e o aumento da contribuição previdenciária.

12



Argentina sofre efeitos da reforma previdenciária

Depois de 14 anos em mãos privadas, Argentina voltou a estatizar seu sistema previdenciário. No entanto, uma reforma recente trouxe novas perdas para os trabalhadores. O argentino Julio Fuente, presidente da Clate, falou exclusivamente sobre o impacto das medidas.

16



O nebuloso esquema da dívida pública brasileira

Marília Lucia Fattorelli, coordenadora da principal entidade à frente da luta para que haja uma auditoria nas dívidas públicas do Brasil, denuncia que metade do orçamento federal é destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que, em muitos casos, é gerada sem o ingresso de recursos.

23



Ministério da Saúde amplia campanha de vacinação

O número de pessoas infectadas pelo vírus da febre amarela, lamentavelmente, não param de crescer. Vacinar é a melhor forma de prevenir e controlar a doença. Saiba como identificar a patologia.

26



Aumenta a arrecadação federal em janeiro

As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil subiram 9,07%, em relação aos últimos doze meses. Já a arrecadação total registrou crescimento de 10,12%. Detalhes estão discriminados na tabela da arrecadação.

29



Especial de março: Desigualdade social e a questão da mulher

A economista Lilian Rolim faz uma profunda análise do mercado de trabalho brasileiro, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontando a desigualdade entre os sexos nessa estrutura.

O JOGO POLÍTICO por trás das “prioridades”

Servidores públicos devem redobrar atenção



A decretação da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro colocou em xeque um tema prioritário para o governo, a reforma da Previdência. Percebendo a impossibilidade jurídica, não só de sua votação, como também de sua tramitação, o governo precisou voltar atrás e suspender, pelo menos temporariamente, as negociações que vinha fazendo para angariar votos favoráveis ao texto. E o que isso significa para os trabalhadores, pressionados pelos erros da política econômica?

Para o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, a medida significa que os trabalhadores precisam ficar de olhos atentos e críticos. O governo, durante o anúncio das quinze medidas microeconômicas que passaram a ser prioridade para o ajuste fiscal, deu indícios de que a reforma pode sim voltar a ser discutida, mesmo que isso seja feito ao final do ano, caso a intervenção federal cumpra seus objetivos e as eleições sejam favoráveis ao tema. Isso, segundo Sá Neto, coloca os trabalhadores em estado de atenção. “Em momento algum a equipe econômica descartou a reforma. Suspenderam-na por motivos jurídicos e inviabilidade política. Em se tratando de um governo reformista por excelência, é preciso estar sempre atento”, alerta.

A sinalização é exatamente esta. Na entrevista coletiva feita no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a reforma da Previdência continua fundamental e prioritária. “É a mais importante para o setor fiscal e será submetida ao Congresso quando houver possibilidade constitucional para isso”, declarou.

Ao mesmo tempo, Meirelles voltou a mencionar o interesse de que a medida provisória que adia o reajuste salarial de servidores públicos e aumenta a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% (MP 805/17) possa voltar à pauta de votação. Essa medida está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, é preciso focar nos projetos que já estão no Congresso e naqueles que serão apresentados, principalmente nas matérias “extra” pauta prioritária que possam ser apresentadas,

como é o caso do texto que limita a remuneração para os novos servidores públicos. A intenção inicial do governo era voltar a tratar de alguns pontos da reforma via projeto de lei, o que foi criticado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia. As críticas entre Legislativo e Executivo, inclusive, permearam o “pós” anúncio. Maia acusou o governo de querer protagonizar mudanças que já estão em curso no Legislativo.

Isso porque, das quinze medidas, doze já estão em tramitação (veja lista completa ao final da matéria).

Segundo o senador Romero Jucá, a partir de março será feito um esforço concentrado para a votação das matérias. Além das quinze prioritárias, existem 21 MPs em tramitação. “A reforma da Previdência não pode ser votada, mas existem pontos que vão melhorar a economia e o ambiente de negócios”, disse em entrevista coletiva.

ANÁLISE DE CENÁRIO

O vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, **Vanderley José Maçaneiro**, acredita que, apesar de a vitória ser momentânea, ela teve mais impacto do que a avaliação inicial, exatamente pela “fissura” provocada no relacionamento Executivo x Legislativo.

“O Parlamento estava cumprindo todas as ordens do Executivo. Acatando todas as decisões. O presidente da Câmara, do Senado e o relator se sentiram enganados. Eles venderam a alma e botaram em risco suas reeleições”, disse sobre o Executivo desistir após a forte pressão empreendida ao longo dos meses de tramitação, especialmente porque a PEC original era extremamente restritiva de direitos e precisou ser exaustivamente negociada entre os parlamentares, inclusive com liberação de emendas, cargos e recursos.



A partir de agora, conforme avalia Maçaneiro, o governo terá dificuldade de tramitar alguma matéria que trate desse assunto. “Os parlamentares certamente cederão menos. Primeiro porque, se o governo mandar uma medida provisória, eles a rejeitarão, sob o argumento de que não é uma matéria urgente. E se o governo mandar um projeto de lei, a Câmara vai dar o cadenciamento que ela mesmo definir”, avalia.

O vice-presidente alerta que é uma situação momentânea, por isso a necessidade de o estado de mobilização permanecer na sociedade. Maçaneiro faz uma análise ainda mais preocupante. Com a proximidade das eleições, há uma grande chance de a reforma da Previdência vir como programa de governo na campanha eleitoral, com um olhar ainda mais fatal para os servidores públicos. Por esse viés, e em sendo eleito o candidato, ele terá legitimidade para propor as mudanças sem muita polêmica.

Além disso, a composição da Câmara não deve mudar para a próxima legislatura. “Passamos por uma composição muito conservadora e isso deve se repetir. Vamos ver se a prometida renovação vai acontecer. Tenho minhas dúvidas, porque o horário eleitoral foi diminuído e quem não é conhecido será prejudicado. Então é possível que tenhamos uma Câmara nos mesmos moldes, com o mesmo perfil ou pior que isso”, lamenta o vice-presidente.

Esta é a mesma avaliação do diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), **Antonio Augusto de Queiroz**. “Pelos estudos que dispomos, a renovação será menor do que a média histórica dos anos anteriores, embora haja um sentimento, uma vontade latente da sociedade de renovar a política”, disse. Entretanto, segundo explica, as condições objetivas para a



renovação não existem. “Se reduziu o tempo de campanha, se reduziu o horário eleitoral gratuito, se fez uma janela partidária e um fundo eleitoral que favorecem enormemente os atuais candidatos. Eles vão exigir de seus partidos que canalizem os recursos do fundo eleitoral e que destinem o horário eleitoral gratuito para quem disputa a reeleição”, frisa.

Quanto a projetos que tratem de regras para o mercado de trabalho, Queiroz acredita que, em período pré-eleitoral, dificilmente os parlamentares tratarão de temas que tragam prejuízo aos trabalhadores, além daqueles que já foram aprovados anteriormente. “Foi em função dessa preocupação dos parlamentares que a reforma da Previdência não andou, porque era um tema que impactava negativamente a eleição. Não acredito que haja andamento de proposições, com exceção do teto remuneratório”, analisa.

O mesmo vale para a medida provisória que suspendeu o reajuste dos servidores e que aumentou a alíquota da contribuição previdenciária (MP 805/17). Para Antônio Queiroz, como a MP está judicializada, ela não tem chance de andar no Parlamento. Porém, alerta, “o próximo governo certamente trabalhará numa reforma que busque reduzir os custos da administração pública e baratear o ingresso de novos servidores”. Para ele, o perfil do novo governo, se liberal ou defensor do Estado social, é que vai calibrar a profundidade dessa mudança.

Queiroz também acredita que uma futura reforma da Previdência virá com um texto ainda mais duro “porque é um novo governo, um novo Congresso e ele terá que rediscutir as bases”, disse sobre os próximos parlamentares não debaterem um texto que já foi objeto de negociação.

O QUE DEVE MUDAR

Das medidas prioritárias apresentadas, Vanderley Maçaneiro avalia algumas como pertinentes. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, precisa ser atualizada. “Ela é uma lei quantitativa e precisa evoluir. Você tem que aplicar

uma porcentagem na educação, mas não adianta comprar cadernos e deixar em estoques”, analisa sobre a necessidade de a lei prever indicadores qualitativos.

Já a reoneração da folha é uma medida necessária. A política de desoneração tirou bilhões de recursos da Seguridade Social. “Tenho dúvidas de que ela seja apreciada. A aprovação do projeto significa um aumento bastante expressivo para os setores, entre eles a mídia [jornal, rádio, televisão]. Alguém quer comprar uma briga dessa em ano de eleição?”, questiona. Porém, conforme projeções sobre a matéria, o setor de comunicação é um dos que deve ser poupado no projeto original, juntamente com a construção civil e o transporte de passageiros. Como o texto está em negociação, e o empresariado é maioria nas bancadas, outros setores devem ficar de fora, como telemarketing, confecção, calçados, transporte de cargas, moveleiro, máquinas e equipamentos e aviação.

Quanto à desestatização de empresas, como a Eletrobras, este é um tema que se repete. Conforme lembra Maçaneiro, no governo de Fernando Henrique Cardoso foi implementada uma ampla política de

privatizações com o argumento de se pagar a dívida pública. “Quando ele assumiu, essa dívida era de R\$ 64 bilhões. Quando ele entregou o governo, oito anos depois, a dívida era de R\$ 650 bilhões. Tivemos no período a taxa Selic de 42% para uma inflação abaixo de 10%. É entrega de patrimônio público para a iniciativa privada. Não muda em absolutamente nada o balanço fiscal da União”, explica.

Para Antonio Queiroz, esse conjunto de propostas apresentadas tem o objetivo de dar uma satisfação ao mercado em relação à incapacidade de o governo entregar aquilo que ele tinha prometido inicialmente, que foi a reforma da Previdência. “Essas medidas vêm no sentido de garantir uma arrecadação que supra aquilo que a reforma da Previdência deixará de trazer”, afirma.

Sobre os projetos anunciados, Queiroz lembra que o governo apenas reuniu temas que na sua grande maioria já estão tramitando no Congresso. “Ele apenas sistematizou e sinalizou para o Congresso, e também para o mercado, o compromisso com essa agenda de abertura da economia.” Para o diretor, boa parte delas tem chance de prosperar.

15 MEDIDAS PROPOSTAS QUE JÁ TRAMITAM NO CONGRESSO NACIONAL:

NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PL 6814/17)

Autor: Senado Federal - Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos

Data da apresentação: 03/02/2017

Ementa: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Situação: Aguardando criação de Comissão Especial pela Mesa

NOVA LEI DE FINANÇAS PÚBLICAS (PLP 295/16)

Autor: Senado Federal - Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Data da apresentação: 21/06/2016

Ementa: Estabelece, com amparo nos arts. 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal, normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa

REGULAMENTAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO (PL 6726/16)

Autor: Senado Federal - Comissão Especial do Extrateto

Data da apresentação: 14/12/2016

Ementa: Regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal.

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão Especial

DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS (PL 9463/18)

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 22/01/2018

Ementa: Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa

REGULAMENTAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS (PL 6621/16)

Autor: Senado Federal - Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Data da apresentação: 06/12/2016

Ementa: Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa e designação de relator na Comissão Especial

DEPÓSITO VOLUNTÁRIO NO BANCO CENTRAL (PL 9248/17)

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 30/11/2017

Ementa: Dispõe sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras, e dá outras providências.

Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa

REDUÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA (PL 8456/17)

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 01/09/2017

Ementa: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, a Lei nº 9.430,

de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Situação: Apresentação do requerimento de prorrogação de prazo de Comissão Temporária

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MELHORIA EMPRESARIAL DAS ESTATAIS (PL 9215/17)

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 29/11/2017

Ementa: Dispõe sobre a verificação da situação de dependência e sobre o Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial aplicável às empresas estatais federais.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

CADASTRO POSITIVO (PLP 441/17)

Autor: Senado Federal - Dalirio Beber (PSDB/SC)

Data da apresentação: 08/11/2017

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Situação: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa

DUPLICATA ELETRÔNICA (PL 9327/17)

Autor: Julio Lopes (PP/RJ)

Data da apresentação:

13/12/2017

Ementa: Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

DISTRATO (PL 1220/15)

Autor: Celso Russomanno (PRB/SP)

Data da apresentação: 22/04/2015

Ementa: regulamenta a desistência do contrato de incorporação imobiliária com a retenção de até 10 % do valor pago por parte da incorporadora

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor

ATUALIZAÇÃO DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES (PLC 79/16, JÁ APROVADO PELA CÂMARA)

Autor: Daniel Vilela (PMDB/GO)

Data da apresentação: 28/10/2015

Ementa: Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização.

Situação: Aguardando apreciação pelo Senado Federal

MATÉRIAS QUE DEVEM SER ENCAMINHADAS AO CONGRESSO:

- Reforma do PIS/Cofins – Simplificação tributária
- Autonomia do Banco Central
- Extinção do Fundo Soberano

A trágica experiência da privatização do sistema previdenciário da Argentina

Entrevista também disponível em formato multimídia. A íntegra pode ser acessada na TV ANFIP, no Youtube.

A década era 1990. O governo, neoliberal. Num momento de extrema ganância do mercado financeiro combinada com o individualismo da população. Pronto! Aqui está a receita perfeita para a instalação de uma política de Estado mínimo, com redução das políticas públicas e sociais, aumento das desigualdades e da pobreza. Se você pensou em se tratar do Brasil, pensou errado. Apesar das inúmeras semelhanças com o atual momento econômico e político do País, a história se refere à Argentina.

Um dos principais líderes da luta contra a reforma previdenciária argentina e presidente da Confederação Latino-americana e do Caribe de Trabalhadores Estatais (CLATE), Julio Durval Fuente, falou exclusivamente à Revista Seguridade Social e Tributação sobre a privatização do sistema de Previdência Social em seu país, ocorrida na década de 90, e, a partir de 2008, o processo de estatização, que dura até hoje.

A CLATE é uma organização com 50 anos de existência, que reúne trabalhadores estatais de cinco países – Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Colômbia. “Estamos em 19 países da América Latina e Caribe, temos 4,4 milhões de afiliados, somos 86 confederações ou federações nacionais, pelo qual, é uma entidade consolidada na região. É uma entidade que poderíamos denominar “unitárias”. Aqui convivem organizações que têm diferentes afiliações internacionais, que podem estar na CSA “Central Sindical de las Américas” [Central Sindical das Américas] ou na “Federación Sindical Mundial” [Federação Sindical Mundial], ou não ter afiliação internacional. E todas [as organizações] confluímos aqui na CLATE”, explica Julio Fuente.

No Brasil, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) é uma das organizações membro que ajudou a fundar a CLATE, que teve a iniciativa da Confederação de Funcionários Públicos do Estado do Uruguai (Cofe). “[a CLATE] É uma organização que baseia fundamentalmente a sua luta pelos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, funcionários do Estado. Temos diferentes denominações em cada um dos nossos países, mas

referem-se justamente a isso, aos dependentes do Estado, seja o Estado Federal, sejam as Províncias ou os Estados Provinciais, ou os trabalhadores comunais, municipais, que formam parte de um grupo muito grande, muito numeroso na nossa CLATE”, informa o presidente da Organização Internacional.

Sobre a reforma previdenciária, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional argentino em 19 de dezembro de 2017, após um longo período de negociação e sob forte protesto da população, que foi repreendida com muita violência pela polícia local.

Como ocorreu a reforma previdenciária na Argentina?

O caso argentino é um caso interessante, porque o sistema previdenciário argentino foi reformado, privatizado nos anos 90, com o neoliberalismo [do governo], com Carlos Menem como presidente. Foi criado um sistema de poupança privada que era dirigido por bancos, que foram denominados na Argentina como AFJP “Agencias de Fondos de Jubilaciones y Pensiones” (Agências de Fundos de Aposentadorias e Pensões).

A experiência da privatização na Argentina foi trágica, foi nefasta, para os aposentados e para o Estado. Assim que, ao longo de 14 anos da experiência da privatização, a Argentina voltou a estatizar seu sistema [a partir de 2008]. Quer dizer, este é um caso único, onde se passou ao sistema privado e depois voltou novamente ao sistema público, logo depois de comprovar que a aposentadoria privada não ocasionou nenhum benefício, muito pelo contrário. Significou um prejuízo aos cofres do Estado, um prejuízo e, poderíamos dizer, um roubo aos trabalhadores que depositaram as suas contribuições a essas empresas privadas.

Então, é uma experiência muito interessante para levá-la em consideração. Tínhamos um sistema estatal, foi privatizado, e foi estatizado novamente.

O que aconteceu durante todo esse tempo que esteve em mãos privadas?

Os trabalhadores aposentados e as organizações sindicais reivindicaram, durante

todos esses anos. Houve reivindicações, uma luta muito grande dos aposentados argentinos que, durante décadas, todas as quartas-feiras, à tarde, se manifestavam na frente do Congresso Nacional. É uma marcha que continua sendo feita.

Durante esse processo de estatização do sistema, foi preciso consertar tudo aquilo perdido. Foram 15 anos de perdas. Quer dizer, de trabalhadores e trabalhadoras que tinham 30 anos de contribuições, perdiam o emprego e não podiam se aposentar nem no sistema privado. Essas pessoas ficavam sem poder trabalhar por causa da idade e sem a possibilidade de ter algum tipo de apoio. As donas de casa não tinham aposentadoria no sistema privado nem no sistema público. O Estado ao recuperar [o sistema] teve que consertar tudo isso. Incorporar e ser responsável por milhões de compatriotas que não tinham aposentadoria, ser responsável por aposentar toda essa gente.

*SISTEMA PREVIDENCIÁRIO É UM DIREITO HUMANO
E UM DIREITO SOCIAL QUE DEVE SER GARANTIDO.
A APOSENTADORIA NÃO PODE SER UM NEGÓCIO*

Quando Mauricio Macri assumiu o governo, e a partir de recomendações do Fundo Monetário Internacional, recomendações expressas, buscou-se reduzir o investimento que o Estado faz de aporte ao sistema previdenciário. Essa redução é instrumentada a partir da modificação de uma fórmula de cálculo dos ativos. Os reajustes dos aposentados na Argentina são realizados duas vezes ao ano, um a cada semestre.

Quais os efeitos da reforma realizada em dezembro de 2017?

Em dezembro não foi a reforma que o atual governo quer. O governo quer voltar ao sistema privado. A reforma que eles conseguiram aplicar em dezembro não é a reforma de fundo. O que conseguiram fazer é trocar a fórmula de cálculo para garantir que os aposentados percebam um

aumento menor a partir de 2018 e daqui para frente. Quer dizer, menos investimento. O Estado vai ter que aportar menos porque essa nova fórmula vai assegurar que o aposentado receba menos.

Por isso, essa reforma implicou um duro conflito, uma grande reação dos trabalhadores e do povo argentino.

No Brasil a reforma [proposta] é integral. É a mesma reforma que o governo argentino quer. Mas que ainda não a tornou pública.

A sociedade ou os movimentos sociais foram ouvidos?

Somente foi possível discutir com os senadores e deputados que pertencem à oposição ao governo. Mas não houve consultas ou audiências públicas. Inclusive, poderia ter sido feita uma consulta popular para saber do povo sua opinião. Nenhuma destas coisas foi realizada.

Logicamente, o povo argentino está convencido de que os ajustes econômicos que o governo deve fazer nas suas contas não podem passar pelos que menos têm. Não pode passar pelo aposentado. Se tem que sacrificar alguma coisa do orçamento, não pode sacrificar o mais fraco. Você deveria fazer com que os que têm mais capacidade econômica façam o esforço. Ou seja, afetar os ricos e não como tem feito o governo, que é afetar os pobres. Na Argentina, a política é tirar dos pobres para garantir o lucro dos ricos. Absolutamente ao contrário do que indicaria o bom senso. Aquele que tem mais, que pague mais. Mas, não, aqui é ao contrário, aquele que tem menos, é quem mais paga.

Quem será mais impactado com as novas regras?

Em primeira instância, o aposentado, que vai receber menos. Mas esse aposentado, com o dinheiro que percebe, movimenta a atividade econômica do seu lugar. Quer dizer, o aposentado não leva o dinheiro para fora do país, como os

empresários fazem. O aposentado gasta aquilo que recebe. Consome alimento, roupa. Quando esse dinheiro é retirado do circuito econômico, não somente o aposentado é afetado, que já não tem esse dinheiro, mas também o comerciante, o produtor e o fabricante. Todo aquele que depende do mercado interno. São milhões de pesos que não irão entrar no circuito econômico da nossa população.

A situação econômica do país foi usada como argumento para aprovar a reforma previdenciária?

Sim. Igual a todos os governos estão utilizando, pois a reforma previdenciária não é uma casualidade aqui no Brasil, na Argentina, no Uruguai. No Chile não se logra avançar contra o sistema privado, embora milhões de chilenos estejam se manifestando contra as Agências de Fundos de Aposentadorias e Pensões. No Chile continua sendo o sistema absolutamente privado, um sistema que está fracassado.

Estas são decisões dos organismos financeiros internacionais, de transformar a aposentadoria em um mercado de capitais em vez de um direito humano. Ou seja, transformar em um negócio o que deve ser um direito humano. Temos que sustentar nossos avós, temos que sustentar nossos idosos. É uma obrigação moral, que as gerações jovens sustentem as gerações mais velhas. Assim deveria funcionar a sociedade, assim o disse Papa Francisco na sua mensagem, no ano 2017: 'uma sociedade não poderá existir se não for capaz de sustentar seus avós'. Então, esta solidariedade entre gerações é o que deve existir. A aposentadoria não pode ser um negócio. A aposentadoria não é um problema ou uma questão dos bancos. É um direito humano e deve ser o Estado, devem ser os governos, a sustentar isso.

Não podemos pensar que um sistema previdenciário dê lucro. Não dá lucros. Não dá lucro em termos econômicos como se fosse um bem que está se comercializando. Não, é justamente um direito humano e um direito social que deve ser garantido.

Como a população avalia as mudanças na aposentadoria?

Milhares e milhões de dólares são evadidos pelas grandes empresas, que não pagam impostos, porque ninguém as controla. Então, se o Estado não é capaz de controlar tudo isso, não venha dizer que não tem dinheiro e o que deve ser feito é reduzir ou anular o direito à aposentadoria.

Nosso povo é consciente de que tem muito de onde tirar, de onde "cortar". Aumentem os impostos das transnacionais, dos que ganham fortunas em nosso país e as tiram de nós. E não tirem direitos.

Estou convencido, pelo que conheço da América Latina e o Caribe, de que a população tem certeza de que por esse caminho não pode ser. Os problemas não podem ser resolvidos tirando um direito ou tirando benefícios dos homens e mulheres que já trabalharam e construíram a nossa pátria.

Quais os próximos passos para evitar os prejuízos a longo prazo?

Estão sendo levadas adiante ações. Primeiro de recursos judiciais, porque a questão previdenciária na Argentina está amparada pela Constituição. Estamos convencidos de que esta lei é inconstitucional. Não se pode diminuir um direito adquirido que a população tem. Continuamos lutando. A quantidade de capital que está em jogo é um grande negócio para os bancos.

É o que acontece no Chile, que tem a menor taxa de retorno, a aposentadoria mais baixa da América Latina e o Caribe. No Chile, um aposentado que contribuiu a vida toda recebe uma aposentadoria de 30% do salário que tinha. Ou seja, se ele tinha um salário de 100, quando se aposenta, recebe 30. Esse é o sistema privado que alguns querem mostrar como um sistema bem sucedido. O sistema privado é um negócio para os bancos, não para o trabalhador ou trabalhadora que contribui para esse regime.

Entenda o mecanismo que **desvia recursos públicos**

MARIA LUCIA FATTORELLI
(COORDENADORA DA AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA)



De gestos delicados, voz suave e com uma firmeza incomparável, Maria Lucia Fattorelli, Auditora Fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil, dá uma aula de cidadania, de amor ao Brasil e à sociedade nesta entrevista exclusiva à Revista Seguridade Social e Tributação. Pautada em princípios e valores morais muito bem definidos, Fattorelli, depois de uma vida profissional dedicada à fiscalização federal, deixa sua marca à frente da coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida.

Ao assumir com afinco a árdua missão de promover uma revolução no processo orçamentário, cobrando das autoridades competentes a realização de uma auditoria na dívida pública, Fattorelli mergulhou em grandes desafios, especialmente porque se trata de uma batalha contra grandes e fortes interesses do mercado, fundamentados em cartilhas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O Brasil, além de nunca ter cumprido a determinação constitucional da auditoria na dívida pública, tem caminhado para cumprir os interesses do mercado, instituindo reformas estruturantes que penalizam sobretudo os trabalhadores. É contra esse desmonte do Estado que a Auditoria Cidadã da Dívida esclarece a sociedade, esmiúça termos técnicos, desmembra números e coloca às claras uma verdade estupefacente.

1 – Como surgiu a Auditoria Cidadã da Dívida? Quando e como foi a idealização dessa luta? Quem deu o pontapé inicial deste trabalho?

O pontapé foi dado pelos movimentos sociais na década de 90. Foi uma década em que os salários dos servidores ficaram congelados por um longo período. Tivemos a privatização brutal de 70% do patrimônio público nacional e o aumento da pobreza no país, com índices péssimos. Na época, liderados principalmente pelos movimentos sociais ligados a igrejas, começou-se a buscar qual era a mãe daquelas dívidas sociais, da redução do investimento público -principalmente em educação e saúde-, da perda de patrimônio e, apesar de todo

esse sacrifício, ocorrer a explosão da dívida pública. Onde estava o problema? A CNBB, juntamente com diversos movimentos sociais, e a OAB lideraram uma série de eventos que aconteceram no Rio de Janeiro e que culminaram com um grande plebiscito nacional popular realizado no ano 2000. Olha que naquela época não existia whatsapp, redes sociais, nada disso. Era coleta de votos com mesinha na rua, nas igrejas etc. Conseguimos coletar mais de 6 milhões de votos. Na época eu era presidente do Unafisco Sindical em Belo Horizonte, Minas Gerais (atual DS/BH).

Pouco tempo antes, o Fisco Fórum já havia pautado essa questão da dívida. Naquela época, criamos o Fisco Fórum para debater a reforma tributária e os motivos pelos quais o funcionalismo público estava com o salário congelado. Para responder a essa questão, buscamos analisar o orçamento público e nos deparamos com a destinação de quase metade dos recursos do orçamento federal para o pagamento de juros e amortizações da dívida, e ninguém sabia responder que dívida era essa. Devido a essa relação, foi grande o apoio dos sindicatos à realização do plebiscito.

Uma das perguntas do plebiscito era justamente essa: você concorda em continuar pagando a dívida sem realizar a auditoria que está prevista na Constituição? Após o plebiscito, com respaldo de mais de 6 milhões de pessoas, e da Constituição, foi criada a Auditoria Cidadã da Dívida. Como eu já vinha participando de movimentos sociais, era auditora de profissão e o tema proposto era auditoria, o grupo me pediu para coordenar os trabalhos.

2 – Qual a importância dessa auditoria para as contas públicas?

É muito importante. Como mencionei, quase metade do orçamento federal todo ano é destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida. O problema da dívida também afeta os orçamentos estaduais e de diversos municípios. Quando criamos o movimento e começamos a investigar, fomos atrás das autorizações do Senado para a contratação de dívida pública; buscamos contratos,

estatísticas e outros documentos oficiais. Analisamos a dívida federal interna e externa, dos estados, dos municípios brasileiros. Analisamos dívidas de países latino-americanos, principalmente o Equador, onde aconteceu uma auditoria oficial e nós participamos, e de países europeus, tendo participado recentemente da auditoria da dívida da Grécia. Em todas essas experiências identificamos um traço comum, a atuação do que batizamos de “Sistema da Dívida”, que é a utilização do endividamento público às avessas. Teoricamente, a dívida pública deveria ser um instrumento para trazer recursos para o Estado, viabilizando investimentos de longo prazo, com pagamento ao longo do tempo.

Quando investigamos todas essas situações no Brasil e no exterior, verificamos a geração de dívida pública sem esse ingresso de recursos. Constatamos vários mecanismos que promovem a geração de uma obrigação sem que o Estado receba os recursos, utilizando o sistema do endividamento público às avessas, pois o dinheiro não entra, mas a obrigação de pagar essa dívida é prioridade, em todos os entes federados.

Vou dar um exemplo. Em âmbito federal, a dívida interna alcançou R\$ 5 trilhões em novembro de 2017. O dado está na planilha do Banco Central (disponível em www.anfip.org.br). Observe que o Banco Central não utiliza sistemas, utiliza planilhas de Excel, o que, além de não atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é uma coisa muito fácil de acessar. Pois bem, ¼ desse valor [de R\$ 5 trilhões], cerca de R\$ 1,2 trilhão, corresponde a um desses mecanismos de geração de dívida sem contrapartida. Que mecanismo é esse? É a chamada Operação Compromissada. Essa é uma operação que o Banco Central faz com os bancos, de tal maneira que ele aceita recursos que sobram no caixa dos bancos e entrega, em contrapartida, títulos da dívida pública. Na medida em que o BC entrega o título da dívida, justifica-se uma remuneração diária àquele banco. A desculpa dessa operação é controlar a inflação, como se existisse muita moeda em circulação. Isso é extremamente danoso para a nossa economia, porque, uma vez que o Banco Central enxuga esse

R\$ 1,2 trilhão dos bancos, ele gera uma escassez de moeda em circulação e faz com que os juros de mercado alcancem esses 300%, 400%, até 500% no cartão de crédito. Isso amarra a economia brasileira, impede que a indústria, o comércio e as pessoas tenham acesso a crédito a um custo minimamente civilizado. Está provocando o crescimento da dívida pública. Mas isso não se encaixa no conceito de dívida, é um mecanismo financeiro de transferência de recursos para bancos.

Da mesma forma acontece com o prejuízo das operações de *swap* cambial, que são operações em que o Banco Central, por meio de contrato com o mercado financeiro, garante que ele vai bancar a variação do dólar. É uma aposta. Lá em 2014/2015, o Banco Central perdeu mais de R\$ 200 bilhões nessas operações. O que aconteceu com esse prejuízo? Virou dívida pública. Mais uma vez, trata-se de um mecanismo financeiro de transferência de recursos para bancos.

No âmbito da dívida dos estados, quando os bancos estaduais foram privatizados e vendidos para o mercado financeiro [Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander etc], o passivo que existia em suas contas foi transformado em dívida pública dos estados.

Verificamos em todos os entes federados o funcionamento do que chamamos de “Sistema da Dívida”. É a geração de dívida sem a contrapartida do ingresso dos recursos, mas sim por meio da atuação de mecanismos financeiros que transferem recursos para o sistema financeiro nacional e internacional. Não adianta fazer discurso sobre isso. Tem que ser provado. E a ferramenta que prova isso é a auditoria.

3 – Há algum indício de que será feita a auditoria na dívida pública?

Indício há, porque foi realizada muita pressão no Legislativo. Ano passado foi aprovado no Senado um requerimento ao Tribunal de Contas da União para que ele faça a auditoria da dívida interna. Participamos de reuniões no TCU; nos chamaram para participar de uma audiência pública, e quero crer que os trabalhos estejam em andamento.

Temos muitos profissionais competentes em

todos os órgãos de controle no Brasil. O problema é que a auditoria da dívida não entra na pauta. Eles fiscalizam obras públicas, merenda escolar, que são importantes também. Mas, considerando o critério da relevância, que é um dos critérios de auditoria, a dívida pública teria que ser fiscalizada diuturnamente, porque há um enorme volume de recursos que escoam por esse ralo. Acredito que por causa desse indício de que essa auditoria venha a ser realizada, o mercado financeiro já criou mecanismos para criar dívida de forma disfarçada e pagar de forma disfarçada, de tal maneira que a coisa não vai ser contabilizada como dívida. É o tal projeto da securitização.

4 – Existem projetos de lei no Congresso que a Auditoria Cidadã empenha todos os seus esforços para impedir a aprovação. Do que tratam?

São exatamente esses projetos da chamada securitização de créditos. O PLP 459/17 (que possuía o número PLS 204/16, no Senado), assim como o PLP 181/15 e PL 3337/15, que são complementos do primeiro. Essa chamada securitização de créditos está sendo apresentada por meio de uma propaganda completamente mentirosa. Estão dizendo que esses projetos vão ser importantes para acelerar a arrecadação daqueles créditos de difícil arrecadação, da chamada Dívida Ativa, que são valores que não foram pagos no prazo administrativo. Todo ente federado tem uma dívida ativa enorme, em grande parte constituída por créditos de empresas que já quebraram há muito tempo, de pessoas que já morreram ou desapareceram e não terão condições de honrar porque não têm herdeiros, não deixaram bens, etc. Essa parte podre não entra nesse esquema. É como se você tivesse uma montanha de uma coisa podre na sua casa, que tem dificuldade até de jogar no lixo, e alguém ainda paga por isso. Então é uma propaganda irresistível. Querem que todo mundo acredite que isso seria uma coisa boa, mas é uma tremenda mentira.

Nós fizemos uma investigação completa desse mecanismo no caso de Belo Horizonte, porque houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) na Câmara Municipal. Em Belo Horizonte já foi criada uma empresa para operar esse esquema, que é a PBH Ativos S/A. Tivemos acesso aos contratos e aos documentos contábeis. E o que provamos? Esse é um mecanismo de desvio de recursos já arrecadados. Não é negociação daqueles créditos de difícil arrecadação. Esses créditos, como qualquer outro de origem tributária, vão continuar a cargo dos órgãos públicos, que continuarão cobrando, fiscalizando e arrecadando.

Então, o que está sendo transferido? Um pacote de créditos parcelados, selecionados. Os contribuintes vão continuar pagando esses créditos na rede arrecadadora. Se não existisse esse esquema, quando a arrecadação entrasse na rede bancária, ela teria que ser transferida no dia seguinte para a conta do ente federado, seja a União, se o tributo for federal, os Estados, se estadual, ou Municípios, se municipal. O que esse esquema faz? O contribuinte vai continuar pagando, mas, quando o recurso chega na rede arrecadadora, em vez de ir para o cofre público, vai para uma conta vinculada a uma empresa estatal, criada especialmente para operar o esquema. Só que essa empresa estatal não manda nessa conta. Essa conta é da rede bancária, com todo sigilo. E dessa conta somente metade do recurso arrecadado é transferido para o cofre público; a outra metade é desviada para investidores privilegiados. No caso de Belo Horizonte, os recursos foram desviados para o Banco BTG Pactual S/A, que é um dos bancos mais denunciados no Brasil.

Esse esquema **desvia arrecadação tributária** (veja diagrama). Tem a ver com a nossa atividade fiscal. Por isso é muito importante o envolvimento da ANFIP dando divulgação a esse projeto. É como pegar o fruto do trabalho do auditor e apenas a metade vai chegar aos cofres públicos, a outra metade nem chega ao orçamento para ser distribuído. Ainda na rede arrecadadora é desviado. Esse esquema envolve um outro fluxo criminoso, que é a geração da dívida pública disfarçada. Existe uma isca para implantar esse esquema, que é o que está levando governadores e prefeitos ao Congresso Nacional pedindo a aprovação do projeto.

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



assumiu? R\$ 880 milhões, mais IPCA, mais juros. Quem de nós faria isso? O que você acha de pegar 200 emprestado e ficar devendo 880? É insano. E tudo isso está mascarado nesses projetos. Por isso que um dos folhetos que a Auditoria Cidadã produziu chama-se “Projetos Cifrados”, porque quem lê esses projetos não entende o que está por trás deles.

O outro fluxo que mencionei é a **contratação disfarçada de dívida pública**.

Como funciona? É criada essa empresa de fachada. Essa empresa vai ao mercado captar recursos por meio da venda de papéis, as chamadas debêntures, que têm um prazo e pagam juros elevadíssimos. No caso de Belo Horizonte, em 2014 foram feitos os lançamentos das debêntures prometendo pagar juros equivalentes ao IPCA mais 11%. E o IPCA em 2014 passou de 11%. Então, multiplicando um pelo outro dá quase 23% de rendimento anual. Totalmente insustentável. A empresa captou recursos a alto custo no mercado, no caso de BH foram R\$ 230 milhões, ela recebeu esses R\$ 230 milhões, ficou com R\$ 30 milhões para pagar seus administradores e passou R\$ 200 milhões para o município. O município recebeu, mas não contabilizou esses R\$ 200 milhões como dívida. Contabilizou como venda de ativo. E que ativo o município vendeu? Aquela arrecadação. Vendeu o fluxo da arrecadação, por meio de um contrato de alienação fiduciária. O que é alienação fiduciária? Transferência de propriedade!

Olha só a sofisticação desse esquema! Ele gera uma dívida pública disfarçada, utilizando essa empresa como fachada para obter recursos no mercado, porque ao final das contas esse recurso obtido chegou em grande parte aos cofres públicos, só que o que chegou foram R\$ 200 milhões e qual é a obrigação de transferência que o município

A empresa estatal criada para operar esse esquema, que é uma pessoa jurídica de direito privado, no caso de Belo Horizonte, a PBH Ativos S/A, no caso de São Paulo, CPSEC S/A, emite papéis financeiros, as debêntures, que investidores privilegiados compram, porque é uma venda com “esforços restritos”. Não tem propaganda. Ninguém fica sabendo, somente privilegiados do mercado financeiro. Um banco compra, paga à empresa criada para operar o esquema, ela fica com uma parte, no caso de Belo Horizonte o BTG comprou por R\$ 230 milhões, a empresa PBH Ativos S/A ficou com R\$ 30 milhões e passou R\$ 200 milhões para o município. O mecanismo foi uma mera fachada para o município obter esses R\$ 200 milhões no mercado. Ele não contabiliza como dívida. Então, como ele vai pagar? Vai pagar por fora, com aqueles recursos desviados ainda na rede bancária.

É muito importante divulgar esses fluxos porque facilita o entendimento desse sistema aparentemente complicado. É só aparente. É só para dificultar a percepção da fraude, mas já conseguimos identificar e comprovar. Em Belo Horizonte, se não tivesse sido implementado esse esquema, o município teria R\$ 70 milhões a mais em caixa. Então, numa operação de R\$ 200 milhões, em apenas 3 anos, o município já teve perda comprovada de R\$ 70 milhões. Imagina o impacto disso em todo o

Brasil, ao longo de um período de tempo maior? É um esquema que aniquila a economia do país, as finanças de todos os entes federados e mais, por meio de um esquema fraudulento, porque contratar dívida dessa forma, disfarçada, é crime, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero aproveitar essa oportunidade para fazer um convite para nossos colegas auditores Brasil afora para que abracem essa causa, porque nós podemos fazer a diferença. Dedicamos uma vida inteira de trabalho a essa tarefa de auditoria. Desenvolvemos as nossas antenas. Para nós, uma palavrinha já aciona

toda uma quantidade de informações que a pessoa que não está acostumada com essa investigação vai passar ali e não vai ver nada. O auditor vai ver.



6 – As reformas estruturantes em andamento integram esse arcabouço?

Claro. A ANFIP demonstrou que todos os argumentos do governo para justificar a aprovação da reforma da Previdência não tinham o menor cabimento. Então, por que essa insistência do governo

5 - Podemos contar com parlamentares que apoiam a causa?

Sim. O senador Álvaro Dias apresentou requerimento para que se faça a auditoria da dívida. O senador Roberto Requião está sempre utilizando os dados da Auditoria Cidadã e exigindo mais transparência. Diversos deputados também. Chegamos a criar uma Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida [presidida pelo deputado Edmilson Rodrigues, na Câmara, e pelo senador João Capiberibe, no Senado], que já se reuniu algumas vezes. Em contrapartida, temos muitos parlamentares que são financiados pelo sistema financeiro. Esses vão ficar contra essa pauta.

Precisamos fortalecer o movimento social, os cidadãos e, principalmente envolver nossos colegas Auditores Fiscais da Receita Federal. Temos muitos auditores e auditoras, tanto da ativa, mas, também aposentados, que estão em plena capacidade de contribuir para o país, de reforçar os estudos.

em fazer essa reforma? É para diminuir o volume de recursos destinados à pasta da Previdência Social, da Assistência e da Saúde. Essa reforma não é só da Previdência, é da Seguridade. Vai reduzir os recursos dos programas sociais para sobrar mais dinheiro para o pagamento de juros ao mercado financeiro e para sustentar esse esquema financeiro.

Por que a Emenda 95 deixou de fora os recursos para aumento de capital dessas empresas estatais não dependentes, que são exatamente as empresas criadas para operar o esquema da securitização? Estamos denunciando desde a tramitação da PEC 55, que foi aprovada e virou a Emenda Constitucional 95. Isso é um esquema de grande interesse para o mercado financeiro. Nós da Auditoria Cidadã estamos denunciando e percebemos isso porque esse mecanismo é praticamente idêntico ao que quebrou a Grécia e afetou toda a economia do continente europeu. É a mesma engenharia financeira. Identificamos

isso lá e quando vimos aqui comprovamos que é a mesma coisa.

7 - Recente pesquisa do Inesc revelou que a sociedade participa cada vez menos do orçamento. Como reverter esse quadro participativo?

Nós temos que investir na educação popular. Nesse sentido, a Auditoria Cidadã promoveu cinco turnos de cursos à distância sobre essa questão e está atualizando novo curso. Divulgar esse funcionamento do Sistema da Dívida é uma questão de respeito à sociedade que está pagando essa conta. Quem está pagando essa dívida fraudulenta, gerada por mecanismos financeiros? Todos que pagam tributos embutidos em tudo que consomem. Cerca de 25% de um pacote de macarrão é tributo. Nós estamos pagando essa dívida. Todos nós buscamos educação pública de qualidade, saúde pública, segurança e não encontramos o que deveríamos receber. O patrimônio público é propriedade de toda coletividade. Estamos perdendo esse patrimônio. Qual é a justificativa das privatizações? É sempre pagar a dívida pública. Então, a sociedade como um todo, pobre, rico, empregado, desempregado, paga essa dívida. Nós temos que divulgar e todo cidadão tem que fazer a sua parte.

Eu enxergo assim: da mesma forma que temos que cuidar de nossa higiene, temos que praticar a cidadania. Faz parte da vida. É nosso país. É o nosso povo. Se não nos interessarmos por nosso povo e nosso país, quem vai se interessar?

Tem que acontecer essa revolução cidadã para que as pessoas tomem conhecimento que nasceram num país maravilhoso. Era para todas as pessoas aqui terem

vida digna. As escolas serem centros de excelência. Os estabelecimentos de saúde também. Era para todas as pessoas terem salário muito bom. O que a gente assiste é o contrário. É cada vez mais as pessoas perdendo direitos.

Depois da reforma trabalhista, o trabalhador não tem mais segurança nenhuma. Conectando a reforma trabalhista com a da Previdência, muitas categorias de trabalhadores não vão conseguir se aposentar. Vão ter que trabalhar até a morte. Não é possível! Temos que acordar urgentemente e virar do avesso. Sair desse cenário de escassez. E viver na realidade de abundância, porque nosso país é o país da abundância. Se não houver uma grande pressão da consciência da sociedade nós vamos continuar com o FMI e o Banco Mundial ditando ao Banco Central o que quer que ele faça, seguindo uma cartilha que amarra o Brasil e impede nosso desenvolvimento socioeconômico, que transfere nossas riquezas e tira o direito das pessoas. Tudo isso que estamos falando. É urgente fazer isso. Essa tarefa é para todo mundo, principalmente para os auditores, professores, educadores populares, movimentos sociais.



Numa iniciativa inédita da Revista Seguridade Social e Tributação, esta entrevista também vem em formato multimídia e pode ser conferida na íntegra na TV ANFIP, no Youtube.

FEBRE AMARELA

DOENÇA VOLTA A
ASSUSTAR BRASILEIROS
E PAÍS FICA SOB ALERTA.
VACINAR É A PRINCIPAL
FORMA DE PREVENÇÃO



Em 1942, na cidade de Sena Madureira, no Acre, o Brasil registrou seu último caso de febre amarela em área urbana. Naquela época, o mosquito transmissor da doença era o *Aedes aegypti*, que chegou ao país junto dos navios negreiros, vindos da África. Depois de uma intensa campanha de vacinação, o mosquito foi vencido. Menos o vírus, que sobreviveu nas áreas silvestres, se adaptou a dois mosquitos que vivem nas copas das árvores e se alimentam de sangue dos macacos, o *Haemagogus* e o *Sabethes*.

Depois de sete décadas, o Brasil voltou ao mapa de alerta para o risco da patologia e já lidera a lista das regiões das Américas que mais registrou casos de infecção pelo vírus, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). A febre amarela é transmitida somente pela picada dos mosquitos transmissores infectados. A doença não é passada de pessoa para pessoa. E os macacos não são transmissores, são também infectados, por viverem nas áreas de matas e florestas.

A DOENÇA É TRANSMITIDA SOMENTE PELA PICADA DOS MOSQUITOS TRANSMISSORES INFECTADOS. NÃO É PASSADA DE PESSOA PARA PESSOA.

O Ministério da Saúde, com base nas informações repassadas pelas secretarias estaduais de saúde, informou que no país, de 1º de julho de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, foram confirmados 723 casos de febre amarela, sendo que 237 vieram a óbito. Ao todo, ainda de acordo com o órgão, foram notificados 2.867 casos suspeitos, sendo que 1.359 foram descartados e 785 permanecem em investigação. No mesmo período do ano anterior, eram 576 casos confirmados e 184 óbitos confirmados.

Ressalta-se que, até o momento, todas as notificações estão associadas ao ciclo silvestre da doença (mosquitos *Haemagogus* e *Sabethes*),

afetando pessoas que contraíram o vírus em áreas de mata ou em suas proximidades.

A imunização é a principal ferramenta de prevenção e controle. Atualmente, 21 estados brasileiros aderiram à estratégia de vacinação, por serem considerados áreas de risco para a transmissão da doença. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Devido ao aumento do número de pessoas infectadas, o governo expandiu a campanha de imunização para todo o país, não apenas para as áreas consideradas de risco. A recomendação do Ministério da Saúde é para que vacine a população que não foi imunizada.

Para auxiliar os estados e os municípios a vacinar a população dos lugares de maior risco de infecção, o Ministério da Saúde informou ter distribuído 19,4 milhões de doses fracionadas da vacina de febre amarela aos estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Ainda segundo o órgão, também foram enviadas 15 milhões de seringas aos estados, sendo

5,2 milhões para o Rio de Janeiro, 500 mil para a Bahia e 9,3 milhões para São Paulo. Outro recurso enviado para ajudar na campanha dos estados foi a quantia de R\$ 54 milhões. Desse total, R\$ 15,8 milhões para São Paulo; R\$ 30 milhões para Rio de Janeiro e R\$ 8,2 milhões para a Bahia.

O principal alerta que fica é: VACINE-SE! A doença é grave e pode levar à morte.

TRANSMISSÃO

A febre amarela é uma doença infecciosa, causada por um vírus transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não

há transmissão direta de pessoa para pessoa. O Ministério da Saúde afirma que não há casos confirmados de febre amarela urbana e que o risco de transmissão da doença pelo mosquito *Aedes Aegypti* é baixo.

SINTOMAS

Início súbito de febre, calafrios, dor de cabeça intensa, dores nas costas, dores no corpo em geral, náuseas e vômitos, fadiga e fraqueza são alguns dos sintomas de febre amarela. É preciso ficar atento, pois os sintomas iniciais

podem desaparecer por um período curto e voltarem de forma mais grave. Ao identificar qualquer dos sintomas, procure um médico.

TRATAMENTO

Repouso, ingestão de bastante líquido, reposição das perdas sanguíneas, quando indicado. Em casos mais graves, a pessoa infectada pode ser encaminhada para atendimento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Medicamentos como AAS e Aspirina devem ser evitados. Todo o tratamento deve ser acompanhado por um médico.



Arrecadação total em janeiro registrou crescimento de 10%

As receitas administradas pela RFB no mês somaram R\$ 147.966 milhões



A Receita Federal do Brasil (RFB) apresentou, em 26 de fevereiro, o resultado da arrecadação federal em janeiro de 2018. De acordo com a RFB, a arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em janeiro de 2018, o valor de R\$ 155.619 milhões, registrando crescimento real (IPCA) de 10,12% em relação a janeiro de 2017. Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado, em janeiro de 2018, foi de R\$ 147.966 milhões, representando um crescimento real (IPCA) de 9,07%.

O resultado da arrecadação foi influenciado por arrecadações atípicas e alteração de legislação, sem contrapartida no mesmo mês do ano anterior. Além da recuperação da atividade econômica, também influenciaram o resultado os valores decorrentes do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei 13.496/17), na modalidade à vista.

Estão discriminados, no quadro a seguir, os fatores que concorreram para o resultado do mês:

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB EXCLUÍDOS OS PRINCIPAIS FATORES NÃO RECORRENTES E DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
PERÍODO: JANEIRO - 2018/2017
(A PREÇOS DE JANEIRO/2018 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	JAN/18 [A]	JAN/17 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [1]	147.966	135.664	12.302	9,07
PRINCIPAIS FATORES NÃO RECORRENTES E DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO [2]	10.429	1.300	9.129	702,46
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PRT/PERT/P.DÍVIDA ATIVA	7.938	123	7.815	6.354
PIS/COFINS-COMBUSTÍVEIS	2.491	1.177	1.314	111,67
RESULTADO [1]-[2]	137.537	134.364	3.172	2,36

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, o resultado da arrecadação de janeiro foi fortemente impactado pela recuperação da atividade econômica, por alterações da legislação e por valores recebidos atipicamente. “A atividade econômica apresentou desempenho satisfatório e foi refletido inteiramente na arrecadação. Além dos efeitos dos indicadores macroeconômicos, no mês de janeiro tivemos o resultado decorrente

de ações especiais da administração tributária. Dentre essas, destaco as ações iniciadas junto aos contribuintes que aderiram ao Refis que possuíam débitos em aberto desde abril de 2017. Bem como o trabalho que foi realizado com os contribuintes que foram excluídos do Simples neste último ano. Tais ações atingiram o valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão”, afirmou Malaquias.

Veja a seguir os detalhes da arrecadação em janeiro de 2018:

TABELA I-A - ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
 PERÍODO: JANEIRO DE 2018 E JANEIRO E DEZEMBRO DE 2017
 (A PREÇOS DE JANEIRO/2018 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2018		2017		VARIÇÃO (%)	
	JANEIRO	DEZEMBRO	JANEIRO	JAN/18 DEZ/17	JAN/18 JAN/17	
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	3.239	2.639	2.764	22,73	17,18	
I.PI-TOTAL	4.656	4.504	3.913	3,38	18,98	
I.PI-FUMO	530	337	214	57,19	147,79	
I.PI-BEBIDAS	316	315	311	0,63	1,86	
I.PI-AUTOMÓVEIS	397	392	384	1,11	3,32	
I.PI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.322	1.189	1.134	11,20	16,59	
I.PI-OUTROS	2.091	2.271	1.871	(7,94)	11,73	
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	48.553	35.606	48.493	36,36	0,12	
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	1.509	1.230	2.671	22,77	(43,48)	
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	23.997	7.957	23.584	201,58	1,75	
ENTIDADES FINANCEIRAS	5.338	829	6.820	543,59	(21,73)	
DEMAIS EMPRESAS	18.659	7.128	16.764	161,78	11,30	
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	23.046	26.419	22.239	(12,77)	3,63	
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.799	10.083	12.360	26,94	3,56	
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	5.112	11.158	5.549	(54,18)	(7,87)	
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	3.893	4.152	3.223	(6,24)	20,79	
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	1.241	1.026	1.107	20,97	12,16	
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.906	3.285	3.076	(11,56)	(5,53)	
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	33	105	18	(68,97)	85,25	
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	22.232	20.436	19.621	8,79	13,31	
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.373	1.569	1.734	(12,48)	(20,81)	
DEMAIS EMPRESAS	20.858	18.867	17.887	10,56	16,61	
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6.026	5.329	5.437	13,08	10,83	
ENTIDADES FINANCEIRAS	226	251	286	(9,92)	(20,83)	
DEMAIS EMPRESAS	5.800	5.078	5.151	14,21	12,59	
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	14.396	4.410	14.862	226,47	(3,13)	
ENTIDADES FINANCEIRAS	5.137	603	6.352	751,17	(19,13)	
DEMAIS EMPRESAS	9.260	3.806	8.510	143,28	8,81	
CIDE-COMBUSTÍVEIS	445	450	514	(1,10)	(13,43)	
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	2.453	3.029	2.530	(19,00)	(3,03)	
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	8.551	4.815	1.780	77,58	380,38	
SUBTOTAL [A]	113.488	84.607	103.007	34,14	10,17	
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	34.478	51.377	32.657	(32,89)	5,58	
ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]	147.966	135.984	135.664	8,81	9,07	
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	7.654	2.257	5.651	239,12	35,46	
TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]	155.619	138.241	141.314	12,57	10,12	

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro

Lilian Rolim é economista (Unicamp), mestre em economia (Unicamp e Universidade de Paris XIII) e doutoranda em economia na Unicamp.



Nesse campo, as desigualdades entre os sexos se dão em diversos níveis. Os rendimentos médios são menores para as mulheres do que para os homens em todas as ocupações, sendo mais próximos no trabalho doméstico formal e mais distantes no setor público.

O dia oito de março celebra o dia das mulheres e, assim, remete às lutas femininas por mais direitos e condições de vida e trabalho. Apesar das conquistas obtidas desde quando o dia começou a ser celebrado, no início do século 20, as diferenças entre os sexos ainda são aviltantes, reforçando a importância das lutas por igualdade entre os sexos.

No Brasil, as demandas das mulheres são de diversas naturezas e, entre elas, está a questão do mercado de trabalho. Assim, este texto ilustra a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) para o terceiro trimestre de 2014, captando a estrutura do mercado de trabalho, e a compara com a situação na recessão (terceiro trimestre de 2016). Apesar da relevância das diferenças entre mulheres, como em termos regionais ou raciais, trata-se, aqui, da desigualdade entre os sexos.

A inserção da mulher no mercado de trabalho já se diferencia à do homem no momento inicial, ou seja, na participação neste mercado. A taxa de participação das mulheres é mais baixa do que a dos

homens, refletindo uma diferença anterior à entrada no mercado de trabalho. Assim, mesmo representando 52,3% da população em idade ativa, as mulheres são apenas 43,3% da população economicamente ativa. Este maior número de inativas está relacionado a donas de casa, mulheres grávidas ou mães solteiras que optam por não estar no mercado de trabalho.

A menor taxa de participação, junto com a maior taxa de desemprego feminino, leva a uma taxa de ocupação menor das mulheres. Entretanto, entre os ocupados, a taxa de assalariamento (aqueles cuja remuneração é na forma de salários) das mulheres é maior do que a dos homens.

A situação dos assalariados indica uma inserção mais complicada das mulheres. A taxa de formalização (com carteira assinada) é mais baixa para as mulheres (71,1%) do que para os homens (76,8%), indicando uma inserção mais precária das mulheres assalariadas. Ademais, as mulheres estão mais inseridas nas ocupações que apresentam remuneração menor, como no trabalho doméstico, especialmente o sem carteira. Por fim, os rendimentos médios são menores para as mulheres do que para os homens em todas as ocupações, sendo mais próximos no trabalho doméstico com carteira (média feminina equivale a 87,8% da média masculina) e mais distantes no setor público com carteira (média feminina equivale a 67,4% da média masculina).

Também entre os não-assalariados a situação das mulheres é relativamente pior à dos homens. Uma parcela maior das mulheres do que dos homens ocupam-se com o trabalho familiar auxiliar, que é não remunerado e, historicamente, executado pelas mulheres (65% daqueles nesta ocupação no terceiro trimestre de 2014 eram mulheres).

Adicionalmente, a participação da ocupação de empregador é menor entre mulheres do que entre homens, sendo que esta é a ocupação com maior remuneração entre os não-assalariados (o rendimento médio dos empregadores é 346,2% daquele dos trabalhadores por conta-própria). Por fim, como no caso dos assalariados, nas ocupações de empregador e de conta-própria, o rendimento médio do homem é maior do que o da mulher (respectivamente 33,5% e 36,9% maior).

Essa diferença na inserção de homens e mulheres nas ocupações não-assalariadas tem importantes implicações para a desigualdade de renda entre os sexos, já que a categoria de não-assalariados é a de maior dispersão e assimetria, apresentando rendimento médio superior ao dos assalariados.

Há, portanto, uma grande diferença na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, sendo uma de suas formas de expressão a desigualdade de rendimentos médios. Assim, a média do rendimento mensal feminino representou 73,9% da média masculina no terceiro trimestre de 2014. Isto reflete tanto a menor inserção das mulheres nas ocupações de maior rendimento médio, quanto o menor rendimento médio das mulheres em cada ocupação.

Essa diferença se dá a despeito do maior nível de instrução das mulheres ocupadas. De fato, a porcentagem de mulheres com instrução a partir do ensino médio completo ou equivalente é maior do que dos homens (60,5% e 46,0% respectivamente).

Entretanto, como visto, essa diferença de instrução não se materializa em maior participação das mulheres nas ocupações com maior rendimento.

Ademais, à medida que cresce o nível de instrução, cresce a diferença entre o rendimento médio feminino e masculino. Por exemplo, entre os ocupados com ensino superior completo, o rendimento médio feminino equivale a apenas 58,1% do rendimento médio masculino. Isso reflete, de certa forma, o fato de que pessoas com maior instrução exercem atividades mais complexas em setores mais estruturados, nos quais há grande dispersão de rendimentos.

Assim, a estrutura do mercado de trabalho, retratada pelo terceiro trimestre de 2014, indica uma inserção no mercado de trabalho bastante diferenciada entre os sexos. Com a recessão da economia em 2015 e 2016, há algumas modificações nessa estrutura. Os dados do terceiro trimestre de 2016 indicam que aumenta a taxa de participação

feminina, o que não ocorre com a masculina. Logo, as mulheres entraram no mercado de trabalho, possivelmente para compensar a queda de rendimento familiar. Entretanto, a situação de recessão levou

a menores taxas de ocupação e a maiores taxas de desemprego para ambos os sexos. Ademais, há uma redução da dispersão dos rendimentos na economia, que se manifesta também na diferença entre os sexos: o rendimento médio mensal feminino passa a representar 77,6% do masculino. Portanto, a situação de recessão econômica demanda uma maior participação das mulheres e comprime as diferenças de renda, mas isto se dá em uma estrutura em regressão e não indica uma melhora efetiva do mercado de trabalho para as mulheres.

Em conclusão, as diferenças entre mulheres e homens no mercado de trabalho se materializam em diversos níveis. Começam pelas possibilidades e formas de entrada nesse mercado, passam pelas ocupações exercidas e culminam nos rendimentos médios. Isso coloca o mercado de trabalho como um campo da luta das mulheres e, portanto, objeto das demandas colocadas no oito de março e ao longo do ano com o intuito de maior igualdade entre os sexos e liberdade para as mulheres.

AS DIFERENÇAS ENTRE OS
SEXOS AINDA SÃO AVILTANTES,
REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DAS
LUTAS POR IGUALDADE

POR VOCÊ, PELO BRASIL!

O AUDITOR FISCAL DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL TRABALHA
EM DEFESA DE TODA A SOCIEDADE.



**ARRECAÇÃO DOS RECURSOS PARA
APOSENTADORIA - SAÚDE PÚBLICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGURO-DESEMPREGO - BOLSA FAMÍLIA**

A atuação do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil é a garantia de recursos para iniciativas que tocam a vida de milhões de brasileiros. Hoje, mais de 60% da arrecadação tributária federal são destinados ao orçamento da Seguridade Social. Estes recursos asseguram os programas nas áreas de Saúde Pública, Assistência e Previdência Social. É dinheiro que permite, por exemplo, o pagamento de aposentadorias, Seguro-Desemprego e Bolsa Família. A ANFIP tem orgulho de representar e defender o Auditor Fiscal.



SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP – Brasília / DF – CEP: 70040–907
Telefone: (61) 3251–8100 – Email: ouvidoria@anfip.org.br



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional

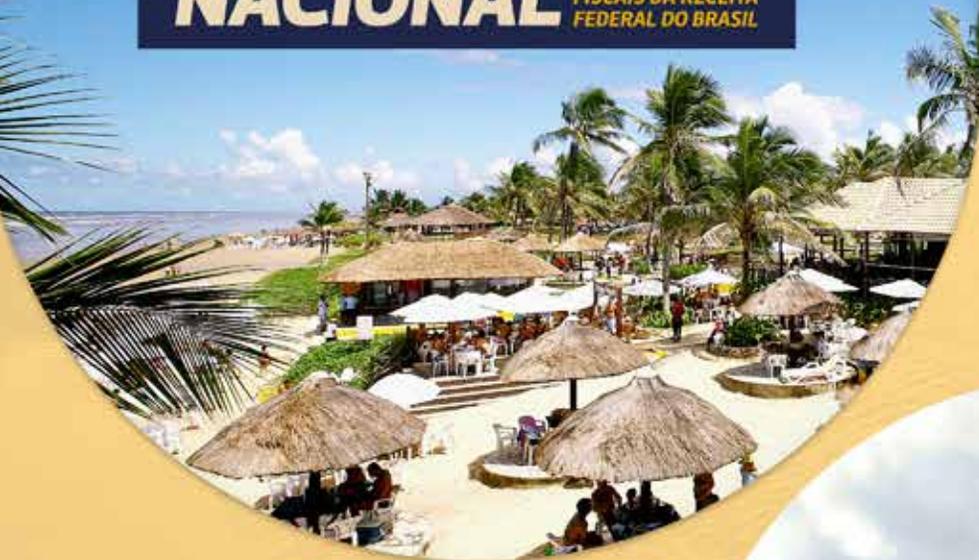


www.youtube.com/anfipoficial



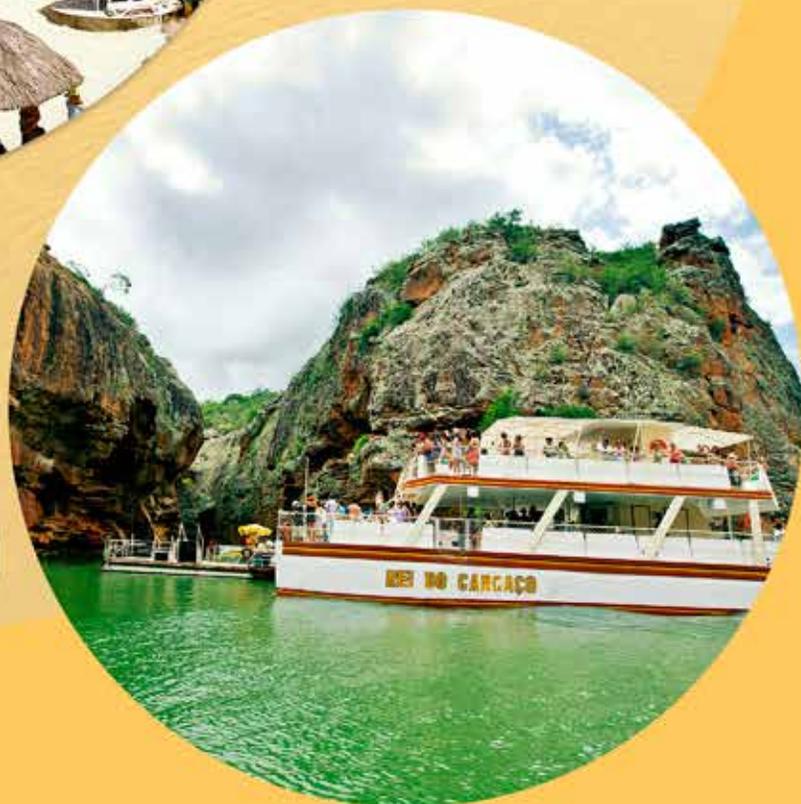
XVI ENCONTRO NACIONAL

**DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL**



27 a 29 MAIO 2018

**RADISSON HOTEL ARACAJU
ARACAJU/SE**



**ASSOCIAÇÃO DOS
AUDITORES FISCAIS
DA RFB EM SERGIPE**



**INOVAÇÃO
& LUTA**



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

WWW.ANFIP.ORG.BR